

Extensão rural: novos caminhos em consolidação

Eros Marion Mussoi¹

Na nossa história recente, a extensão rural tem se mostrado um efetivo e eficiente instrumento de política pública e como agente dinamizador do desenvolvimento porque, pela sua metodologia, capilaridade e esperada descentralização, tem condições de uma proximidade estratégica com o conjunto da população rural, em especial a agricultura familiar.

Evidentemente esta primeira afirmação não apresenta novidade alguma no sentido de refletir o tema. Seria necessário, para tanto, pensar cada termo do mencionado para um entendimento da relação entre extensão rural e agente de desenvolvimento. Isto implica em relacionar as diversas concepções de desenvolvimento e o que realmente o País precisa e deseja, a agricultura familiar como foco prioritário de ações de política pública e as metodologias de intervenção no espaço rural.

A primeira constatação é que a extensão rural, entre outras políticas públicas, nas últimas décadas sofreu influências dos modelos político-econômicos dominantes e assim cumpriu diversos papéis no sentido de viabilizar estas expectativas. O principal é reter que hoje a análise crítica que é possível fazer a respeito das conseqüências do modelo econômico-desenvolvimentista, pela sua natureza excludente e agressiva ambientalmente, inclui as políticas públicas que lhe deram suporte e as metodologias para sua implementação.

Isto posto, vale a pena “olhar para trás” e verificar que nas últimas décadas a política pública extensão

rural teve diversos tratamentos diferenciados e isto refletiu na organização social e produtiva, principalmente da agricultura familiar.

Tivemos momentos de “euforia” e crescimento pleno, em que a extensão rural “cresceu e se multiplicou” com todo apoio do Estado/governos estaduais e federais... evidentemente reproduzindo o modelo de crescimento econômico hegemônico e políticas públicas específicas.

Depois... ora, depois, por diversas razões, aconteceram momentos de descrédito e mesmo desconsideração institucional. Foram momentos nos quais se desenhava a extinção e/ou fusões de instituições, fortes influências político-partidárias, demissões de profissionais, enxugamentos, eliminação de programas importantes... além do crescimento de outros mecanismos de assistência técnica, que foram razão deste descrédito, mas não só. Foram momentos de uma certa falta de identidade institucional e programática. Momentos extremamente difíceis que foram enfrentados de maneira diferenciada em cada Estado da Federação, já que no início dos anos 90 a extensão rural em nível nacional foi extinta, deixando um vácuo político-estratégico e de apoio financeiro específico.

Alguns Estados, como Santa Catarina, por exemplo, conseguiram com muitas dificuldades, e mesmo decisões precipitadas (como foi a “municipalização da agricultura” da forma como foi implementada), manter com recursos próprios este serviço.

Novos ventos... novos rumos

Antes de comentar qualquer “nova proposta” é fundamental caracterizar que, com a democratização do País, abre-se um novo campo de debates sobre as políticas públicas. O termo “participação decisória” toma, mais que um efeito semântico, um significado-cidadão. Desde a Constituição de 1988 e os debates que lhe deram resultado, a sociedade e os decisores políticos têm sentido a força de tal significado... em um misto de “discurso e prática” não bem delimitados.

Relativamente à política pública extensão rural não foi diferente. Os movimentos sociais e sindicais de agricultores, os movimentos de funcionários da própria extensão rural, instituições públicas, ONGs, políticos, lideranças, por exemplo, mobilizaram-se no sentido de buscar uma extensão rural mais adequada a novos momentos.

Este acúmulo de experiências e lutas das diversas décadas passadas foi percebido e sistematizado pelo governo que assume em 2003, com o objetivo maior de resgatar esta importante política pública. Certamente a partir deste acúmulo é possível perceber que uma nova e inovadora extensão rural como política pública deveria superar problemas constatados no passado. Seria fundamental que este resgate se desse sobre novas condições e princípios. Por exemplo, a matriz tecnológica que nortearia um novo processo de desenvolvimento deveria se pautar em estilos de agricultura sustentáveis, buscando

¹Eng. agr., Dr., Epagri/GTP, C.P. 502, 88034-901 Florianópolis, SC, fone: (48) 239-5533, fax: (48) 239-5595, e-mail: eros@epagri.rct-sc.br.►

uma crescente transição para processos ecologicamente mais respeitadores das relações naturais. Isto nos remete a duas outras condições a serem enfrentadas: o investimento sério e comprometido em pesquisa, visto que o conhecimento neste campo deve ser constantemente dinamizado, ao lado do resgate do conhecimento popular em poder de gerações de agricultores. Evidentemente este desafio condiciona uma outra relação de compromisso e proximidade entre a extensão rural, a pesquisa e a sociedade para que, de forma participativa, gerem-se, adaptem-se e universalizem-se conhecimentos que promovam as populações sem agredir o ambiente, pensando também nas gerações futuras. Desta forma, pensando em novas matrizes produtivas, há que se praticar outras matrizes pedagógicas que ampliem a participação dos diversos atores do processo de desenvolvimento.

Outra questão fundamental é a gestão social. Não é mais possível pensar em políticas públicas concebidas e implementadas a partir de “centros iluminados de poder”. A concentração decisória foi muito danosa para nossa sociedade como um todo e para as instituições de política pública em particular. Além de concentrar decisões e benefícios, ela delimitou espaços privilegiados para alguns estratos e decisores, não permitindo ou tolhendo o surgimento de novas lideranças e potenciais. O que se busca atualmente é uma ampla discussão com a sociedade de maneira a possibilitar a geração e gestão participativa dos diversos projetos que contribuam com o efetivo desenvolvimento sustentável e equitativamente distribuído.

Ao lado destas duas questões precedentes, vem a constatação de que a extensão rural oficial já não está sozinha neste enorme trabalho de ser “animadora” do desenvolvimento, como era em décadas passadas. Além da necessária maior aproximação com a pesquisa agropecuária e universidades, numa relação de trocas constante, certamente é fácil constatar a existência de um conjunto de novos atores institucionais que precisam ser articulados em forma de rede

para melhor exercerem seu potencial a partir dos espaços territoriais onde estão inseridos, evitando duplicação de esforços, no sentido de projetos solidários buscando objetivos comuns.

E Santa Catarina?

Bem... Santa Catarina, neste campo de análise, vai muito bem, obrigado!

Não é de hoje que aqui se buscam formas mais sustentáveis de produção e organização social. Desde os tempos que se buscavam “inseticidas alternativos” com água de fumo ou sabão e outros tratamentos para eliminar o uso de agrotóxicos, passando por um trabalho sério e internacionalmente reconhecido em plantas de cobertura que buscam o controle da erosão, a retenção da umidade nos solos e a fertilização orgânica. A criação de suínos “ao ar livre” também se pautou pela busca de formas mais harmônicas e respeitadoras de relações de produção mais naturais. A pesquisa em sistemas de produção também foi característica fundamental da busca de superação de delimitações metodológicas. Por outro lado, formas de organização social que procurariam enfrentar as desigualdades do modelo econômico, como condomínios e outras formas de associativismo, foram exercitadas proporcionando novas possibilidades para o rural. Estes rápidos (e insuficientes) exemplos mostram que o Estado não parou no modelo de desenvolvimento clássico e suas condicionantes. Apesar de um conjunto de dificuldades, a pesquisa e a extensão rural mostraram um dinamismo crescente por ação dos seus profissionais, por pressão da sociedade e mesmo por sensibilidade de alguns dirigentes.

Hoje temos uma pesquisa agropecuária com forte consolidação em nível nacional e internacional, buscando crescentemente formas alternativas de produção através de estilos de agricultura e pecuária mais sustentáveis, da redução do uso de agrotóxicos e outros insumos, de uma agricultura que interfira o menos possível no ecossistema e com vantagens comparativas que proporcionem elevação do nível de vida para quem as utilize e para

quem consome os produtos delas oriundos. Na aquícultura e pesca, também os resultados são enormes e servem de exemplo ao País, porquanto a preocupação com a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos é uma constante.

Por outro lado, no Projeto Microbacias 2 pode-se perceber um conjunto de ações mais integrais e efetivas que têm coerência direta com os princípios da Nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – do Governo Federal. É nele e na sua ação efetiva que se verifica toda uma busca de novas matrizes tecnológicas que conduzem a sustentabilidade e metodológicas pelo uso de pedagogias participativas de orientação “construtivista”. É nele que se procura toda uma nova perspectiva de gestão social e de trabalho em redes institucionais. E, principalmente, neste projeto se encontra toda uma intencionalidade de inclusão social, com explícito desejo programático de focar estratos historicamente marginalizados do processo de desenvolvimento, e de ações afirmativas, como modernamente se tratam as questões de equidade de gênero, raça, etnia e geração.

Na medida da coerência destes objetivos em realização no Estado com os princípios da Política Nacional de Ater, cabe ao Governo Federal dedicar toda a atenção e apoio possível. Entre 2003 e 2004, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – manteve com a Epagri projetos que envolvem recursos na ordem de R\$ 3 milhões para aplicação em assistência técnica e capacitação de agricultores e pescadores, implantação de unidades didáticas e de pesquisa para agricultores familiares e investimentos, como renovação de frota.

Outro projeto fundamental para Santa Catarina vem de um acordo entre o MDA/Epagri e a UFSC, no qual estudantes do último ano do curso de Agronomia estagiam em extensão rural na Epagri, com o compromisso de se integrarem à empresa nos dois anos seguintes à sua formatura. Para tanto, recebem do MDA bolsas para sua manutenção durante o estágio e outra bolsa-salário durante os dois primeiros anos

de vida profissional na Epagri. Isto possibilitará maior assistência técnica aos agricultores familiares catarinenses e uma ampliação do mercado de trabalho para profissionais egressos da universidade, além, é claro, de uma capacitação mais sistemática dos futuros profissionais que, para trabalhar no campo, passarão por uma verdadeira "residência", com a vivência concreta e monitorada da realidade da agricultura familiar. Esta é uma inovação enorme no processo ensino-aprendizado e na integração

universidade/instituições de Ater/Ministério do Desenvolvimento Agrário. Este projeto, pioneiro em termos nacionais, está investindo R\$ 538 mil nos três primeiros anos (2004 a 2006).

Recentemente um edital conjunto entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Ciência e Tecnologia e Embrapa foi lançado com vistas à disponibilização e à apropriação de tecnologias para unidades de produção familiar, envolvendo, numa primeira etapa, R\$ 5 milhões. Certamente isto pro-

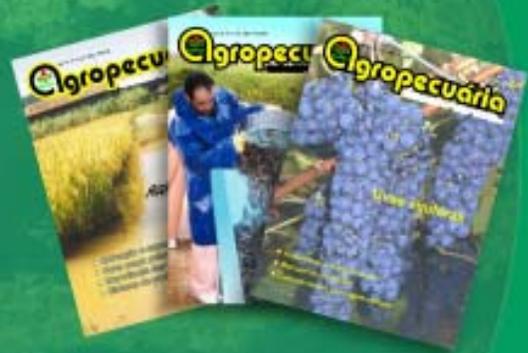
porcionará boas oportunidades para que a pesquisa em Santa Catarina consiga viabilizar novas intenções de estudos e ampliar sua capacidade de geração participativa de tecnologia.

Como se pode verificar, a relação entre Santa Catarina e o Governo Federal, através, principalmente, do Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar – SAF –, tem se mostrado bastante frutífera e promissora. Há que **evoluir sempre** para consolidar este novo caminho. ■

Você não precisa exagerar para dar visibilidade ao seu produto.

Revista Agropecuária Catarinense

Seu anúncio nas mãos de quem interessa.



Rodovia Admar Gonzaga, 1.347, Itacorubi, C.P. 502
Fone: (048) 239-5520, fax: (048) 239-5597
internet: www.epagri.rct-sc.br
E-mail: rac@epagri.rct-sc.br
88034-901 Florianópolis, Santa Catarina, Brasil